

**Somos Fortes, Somos CUT?
Precarização e discurso na CUT - PE (1989-1999)**

**Rodrigo Nery
2010**

RESUMO

A questão principal deste texto é: o discurso da Central Única dos Trabalhadores (CUT - PE) no período entre 1989 e 1999, estando inserida no contexto da reestruturação capitalista, basicamente no que tange a precarização do trabalho, imposta a classe trabalhadora no período mencionado. Entendemos que o contexto da reestruturação capitalista, no que diz respeito a precarização do trabalho, é fator fundamental para a estruturação política da CUT- PE, e a sua nova forma de se inserir na sociedade. Sendo assim é importante fazer uma análise sobre organização sindical, pois esta é um instrumento dos trabalhadores que expressa as relações sociais existentes. Observamos que a CUT - PE no final da década de 1989 era contestatória do sistema capitalista e acreditava na mobilização social como principal fator da transformação da realidade estabelecida. Porém, no decorrer da década de 1990, a CUT - PE mudou seu discurso para, de certa forma, conformar-se diante das transformações que o mundo do trabalho estava sofrendo.

Palavras-chave: sindicalismo; cut; trabalho; precarização; discurso

1. O mundo do Trabalho: Suas transformações e precarização

Esta pesquisa tem como temática o discurso da Central Única dos Trabalhadores, seção Pernambuco, diante da precarização do trabalho entre os anos de 1989 e 1999. Para empreendermos tal análise, especificamos o que entendemos por precarização do trabalho e movimento sindical, notadamente a CUT - PE.

Ao longo do século XX, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações a partir das reestruturações do sistema capitalista. Essas mudanças ocorreram em todas as instâncias do trabalho, desde os processos de produção até a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Com relação aos processos de produção, observamos que durante o século XX, o fordismo não foi o único processo de produção dentro do sistema capitalista. Foram surgindo e crescendo novas formas e metodologias de organização e de produção, como o toyotismo, enquanto bases para uma nova lógica do capitalismo. Actualmente, uma lógica de concorrência entre as organizações parece ter passado a ser um ponto crucial no planejamento e estratégia das empresas. Com essa realidade, tornou-se vital para as organizações a implementação de novas tecnologias e formas de controle do trabalho, que permitam lucrar mais sem a

necessidade da contratação de mais trabalhadores (Antunes, 2003 a).

O que precisamos ter em mente é que essas mudanças não estão separadas e dissociadas umas das outras. O toyotismo não surgiu do nada. A aparição de novas formas de organização, controle do trabalho e de produção surgiram devido a uma necessidade do grande capital, que o fordismo sozinho não daria conta de atendê-la. Para falarmos desse processo de reestruturação do capitalismo, que acabou gerando todo um quadro de precarização do trabalho, podemos utilizar um termo que é amplamente divulgado pelos estudiosos da temática, que é o da acumulação flexível (Antunes, 2003 a).

Juntamente com o movimento de diminuição dos trabalhadores no setor de produção e o aumento do setor de serviços, dá-se um crescimento fenomenal da flexibilização das relações trabalhistas. Isso se deve também ao sistema político neoliberal, hegemônico a partir dos anos 80, que facilitou a operacionalização dessa reestruturação capitalista e que levou à construção de um cenário com as condições perfeitas para o sistema capitalista desenvolver toda a sua teia de flexibilização e precarização do trabalho (Antunes, 2003 b).

Com a implementação e fortalecimento do modelo neoliberal, assistimos à aplicação de todas as movimentações políticas estatais que tornaram a flexibilidade das relações trabalhistas num sonho bem possível de ser realizado pelo grande capital. A partir da flexibilização das leis e dos direitos trabalhistas, realizada pelos Estados, observamos o crescimento de relações de trabalho que tem a precarização como seu preceito maior. Com isso constatamos o crescimento do processo de terciarização, que tira por completo a responsabilidade do contratante do serviço com relação à vínculos e encargos trabalhistas. Com a flexibilização das relações de trabalho, podemos também observar o desenvolvimento da prática de contratos temporários e subcontratos (Antunes, 2005).

O setor de serviços se desenvolveu rapidamente no Brasil, assim como cresceu a precarização que se lhe associa. Podemos afirmar que no setor de serviços encontramos um campo onde a precarização do trabalho se desenvolveu com o aval do Estado neoliberal brasileiro. Foi comum, impulsionado pelo governo brasileiro, o incentivo à prática de relações de trabalho flexíveis, onde podemos ver a flexibilização dos contratos de trabalho, como subcontratos e contratos temporários sem a mínima garantia trabalhista (Antunes e Moraes, 2004).

2. A Central Única dos Trabalhadores

A central sindical que pesquisamos no âmbito do nosso doutorado, a CUT - PE, é uma seção estadual da Central Única dos Trabalhadores. A CUT formou-se a partir da união de três setores da organização sindical. O primeiro foi o *novo sindicalismo*, nascido dentro da estrutura sindical durante a segunda metade dos anos setenta, que tinha em sua base médicos, professores, bancários, petroleiros e aquele que foi o seu símbolo maior: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo. O segundo setor é composto pelo grupo conhecido como *oposições sindicais*, que trazem como proposta a organização de base através das comissões de fábricas, independentes da estrutura sindical. E o terceiro setor, que foi o sindicalismo rural, é formado por inúmeros sindicatos ligados aos trabalhadores rurais (Antunes *in* Tumolo, 2002). Não podemos ainda esquecer o setor católico, que contribuiu para o desenvolvimento desse movimento sindical.

Para a realização dessa pesquisa utilizamos os discursos, tomando como base a documentação produzida pela CUT - PE. A partir da escolha da metodologia, selecionamos quatro eixos temáticos que nos ajudaram na compreensão do discurso e práticas cutistas perante o contexto estudado. Eixos esses, que foram: 1) Precarização; 2) Fragmentação; 3) Políticas de intervenção; 4) Instrumentos de intervenção.

3. Discursos e Práticas Sindicais

Ao analisarmos o discurso cutista, percebemos vários momentos que marcaram a postura da CUT - PE diante do contexto da precarização do trabalho. Observamos, com relação à precarização, uma presença constante no discurso da CUT - PE, a partir da década de 1990, quando o governo brasileiro começou a implementar o projeto neoliberal. Durante a década de 1990, a CUT - PE identificou as várias causas e conseqüências da precarização do trabalho no território nacional. Porém, em pouquíssimos momentos observamos uma análise da CUT - PE sobre essa precarização no Estado pernambucano. Isso nos revela uma adequação do discurso da CUT - PE ao discurso construído pela CUT nacional, baseado no eixo Sul e Sudeste do país. Acreditamos que essa adequação discursiva foi prejudicial para a CUT - PE, pois o processo de precarização não ocorreu de forma igual em todo território brasileiro. Em Pernambuco tivemos um processo de precarização que atingiu principalmente o setor de serviços e o setor informal, diferentemente de outras regiões brasileiras, particularmente a Região Sul e Sudeste, onde o setor mais atingido foi o industrial.

Essa falta de percepção regional acabou prejudicando a visão da CUT - PE sobre as particularidades da precarização do trabalho no Estado de Pernambuco.

Temos que salientar que durante o período analisado, de 1989 até 1999, o discurso cutista sobre a precarização do trabalho só surgiu no momento em que o governo do Brasil assumiu o modelo de reestruturação econômica, conhecido por neoliberalismo. Para sermos mais exatos, em 1989 não observamos um discurso cutista sobre a precarização do trabalho nos termos de uma reestruturação da política econômica que vinha sendo implantada já a partir da década de 1970 nos países de economia central. Isso se deve ao fato de que a implementação da reestruturação capitalista e conseqüentemente a precarização do trabalho, só se deram fortemente no Brasil a partir de 1990, através das políticas neoliberais do governo Collor, tendo sido aprofundadas nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A partir de 1990, o debate sobre precarização do trabalho foi constante no discurso cutista. A CUT - PE passou, através do seu discurso, a interpretar e identificar causas e conseqüências dessa precarização, em que se acentuam desde de questões internacionais, como a formação dos grandes oligopólios mundiais e a internacionalização do capital, passando também pelas reformas neoliberais, que contribuíram para o desenvolvimento dessa precarização, até chegar nas reformulações dentro das empresas e o surgimento de novas categorias de trabalho precarizadas.

Com relação ao eixo temático fragmentação, percebemos que o discurso cutista oscilou entre duas construções discursivas. A primeira, referente à fragmentação imposta pela reestruturação capitalista ao próprio movimento sindical, permite notar que na maioria da década de 1990, a CUT - PE tentou dar uma resposta a essa crise estabelecida ao movimento sindical, enfatizando principalmente, a crise de representatividade causada pela redução em seu quadro de filiados. Observamos que a CUT - PE utilizou diversas táticas discursivas para tentar sair dessa crise. Percebemos a auto-afirmação, em que a CUT - PE passava em seu discurso a idéia de que a CUT era a única central sindical capaz de representar os trabalhadores frente às transformações do mundo do trabalho. Isso nos remete a outra construção discursiva que ficou muito clara na CUT - PE que foi a competição com outras centrais sindicais para filiar sindicatos. Observamos que em vários momentos o discurso cutista sobre fragmentação nos levou a concluir que a CUT - PE, identificando essa crise de representatividade, partiu para uma concorrência com as outras centrais sindicais, particularmente a Força Sindical, para filiar o máximo de sindicatos, na tentativa de sair da crise de representatividade. Um exemplo dessa

“concorrência” entre as centrais sindicais foi a disputa pela filiação dos sindicatos rurais, onde percebemos que o que interessava para a CUT - PE era a quantidade de entidades rurais filiadas e não o debate político com estas. Compreendemos que essa “concorrência” entre as centrais sindicais acabou prejudicando muito a elaboração de políticas sindicais que atendessem às novas categorias de trabalhadores surgidas na reestruturação capitalista.

Por outro lado, no discurso cutista, durante a primeira metade da década de 1990, parece não ter sido dada importância às novas categorias de trabalhadores surgidas das transformações do mundo do trabalho e que imprimiram uma nova configuração à classe trabalhadora. Durante a primeira metade da década de 1990, a CUT - PE reconheceu o surgimento dessas novas categorias de trabalhadores precarizados. Porém, só foi definir políticas de organização dessas novas categorias no final da década de 1990. Outro fato foi que a CUT - PE, nos discursos analisados, só veio fazer uma ligação entre precarização do trabalho, fragmentação da classe trabalhadora e crise de representatividade do movimento sindical na segunda metade da década de 1990. Dessa forma, acreditamos que a CUT - PE demorou para observar que esses três aspectos descritos anteriormente se interligavam. Essa “demora” se deve principalmente à forma como a CUT - PE passou a tratar, na década de 1990, de forma prioritária, a concorrência com as demais centrais sindicais, ao invés de tentar organizar essa nova classe trabalhadora surgida da reestruturação capitalista.

Ao analisarmos o eixo temático sobre políticas de intervenção, deparamo-nos com grandes transformações discursivas da CUT - PE. Notamos que de 1989 até 1991 a CUT - PE elaborou políticas de intervenção baseadas em conceitos amplos de sociedade. A CUT - PE defendia políticas desde as relações desenvolvidas dentro do ambiente laboral, até políticas de intervenção que tratavam a sociedade como um todo. Outro fator que marcou a CUT - PE, nesses anos anteriormente mencionados, foi a elaboração de políticas que cobravam do Estado medidas sociais e assumiam uma postura de extrema oposição às transformações que estavam ocorrendo no mundo do trabalho.

Porém com o passar da década de 1990, notamos que o discurso cutista foi mudando. E ao concluirmos nossa análise percebemos que o discurso cutista mudava nos anos eleitorais, sejam eleições nacionais/estaduais ou sejam eleições municipais. O que notamos foi que a partir de 1992 a CUT - PE começou a elaborar políticas de intervenção com um tom muito mais negociador do que em anos passados. Observamos que o discurso cutista mudava brutalmente em anos eleitorais. Nos anos

em que não existiam eleições, a CUT - PE passou a produzir um discurso, sobre políticas de intervenção, cada vez menos contestatórias da realidade social. Nesses anos não eleitorais, percebemos que nas políticas de intervenção da CUT - PE há uma adequação da Central à lógica imposta pela reestruturação capitalista e pelo projeto neoliberal. Essas políticas se caracterizaram pela tentativa de adequar a lógica sindical e a postura do trabalho dentro da coerência capitalista de exploração. Um exemplo claro dessa adequação foi a política de intervenção cutista de desenvolver centros de qualificação profissional, com a simples lógica de preparar o trabalhador para o mercado de trabalho, sem nenhum debate crítico da conjuntura em que esse trabalhador está inserido. Outro exemplo foi a entrada da CUT - PE nos conselhos de negociação criados pelos governos, onde compreendemos que a CUT - PE acaba, assim, por aceitar e se adequar as normas e leis criadas pelos governos neoliberais. Já nos anos eleitorais, percebemos que a CUT - PE tentou radicalizar o seu discurso de intervenção. Dessa forma, a CUT - PE elaborou políticas de intervenção que tinham na mobilização social contra o governo a sua principal marca. Porém, acreditamos que tais políticas de intervenção cutista acabaram assumindo um discurso eleitoral, para ganhar território eleitoral para o seu fiel "companheiro", o PT.

No que diz respeito aos instrumentos de intervenção desenvolvidos pela CUT - PE na década de 1990, identificamos que foram dois os principais instrumentos. O primeiro foi o da mobilização social e o segundo foi o da negociação. Porém, ambos foram tratados de forma diferente nesses dez anos de análise.

A mobilização, como instrumento de intervenção, sempre foi, desde a fundação da CUT e de suas seções estaduais, o principal instrumento de intervenção. Essa mobilização se dava das mais variadas formas, entre as mais conhecidas das quais se encontram os movimentos grevistas. Na nossa análise, notamos como esse instrumento de intervenção foi, com o passar dos anos, sendo cada vez mais abandonado pela CUT - PE. Observamos que no início da década de 1990 a CUT - PE tratava a mobilização social como sendo, não o único, mas o mais importante instrumento de sua intervenção, diante das políticas do governo. Porém, com o passar da década de 1990, a mobilização social foi perdendo espaço no discurso cutista. Foi ganhando lugar, como principal instrumento de intervenção, a negociação. A negociação nunca foi uma prática negada pela CUT - PE. Porém, a negociação que a CUT e suas seções estaduais defendiam era uma negociação contrária e fora da lógica capitalista. Contudo, no transcorrer da década de 1990, a CUT - PE passou a apostar na negociação junto a Estado e patrões por melhorias para

a classe trabalhadora. O que observamos foi que, com o passar dos anos essa negociação passou a ser o principal instrumento de intervenção da CUT - PE. Um dos exemplos significativos dessa prática cutista foi o ingresso da CUT - PE nos conselhos consultivos criados pelos governos. Na medida em que essa negociação, dentro da lógica e regras capitalistas, foi ganhando espaço no discurso cutista, a CUT - PE também passou a negociar pontos básicos para o trabalhador, como a manutenção dos empregos e salários em dia, que não iriam mudar em nada a relação de exploração que cerca o trabalhador.

Após essa explanação sobre cada eixo temático, chegamos à conclusão de que a CUT - PE tinha a compreensão do processo de precarização do trabalho e de fragmentação da classe trabalhadora e do movimento sindical, trazidos com a reestruturação capitalista do final do século XX. Porém a saída encontrada pela CUT - PE para essa nova situação, à qual a Central estava exposta, não se voltou para a resolução da situação da classe trabalhadora precarizada, nem para colocar fim à crise do movimento sindical. Compreendemos que a CUT - PE, ao não desenvolver políticas de mobilização e ao ter reforçado a idéia da negociação dentro das normas capitalistas de exploração, aprofundou ainda mais a situação de precarização da classe trabalhadora e aumentou a crise de representatividade do movimento sindical. Com relação à situação da classe trabalhadora, entendemos que houve uma piora, pois com o aprofundamento do processo de precarização e fragmentação os trabalhadores não tinham uma instituição que os representasse e que defendesse seus direitos. Essa falta de representatividade ocorreu, entre outros fatores, devido a política sindical da CUT - PE em apenas defender a manutenção dos direitos dos trabalhadores filiados a ela e em não desenvolver uma política de mobilização que englobasse os trabalhadores não sindicalizados, precarizados. Vale salientar, aqui, a falta de políticas sindicais, desenvolvidas pela CUT - PE, para englobar os trabalhadores informais, que foram vítimas do processo de precarização do trabalho e que nunca tiveram direitos trabalhistas e nem um sindicato para poder defendê-los. Com essa política de defesa apenas dos seus sindicalizados, a CUT - PE aumentou ainda mais a crise de representatividade que a cercava, adicionando, a isso, um desenvolvimento do corporativismo dos trabalhadores sindicalizados para com os trabalhadores não sindicalizados.

Acreditamos que essa pesquisa foi útil para a constatação que a CUT - PE passou por profundas transformações na década de 1990, impostas por contextos políticos e econômicos que geraram também grandes mudanças no mundo do trabalho. Constatou-se, ainda, a fragilidade em que a CUT - PE ficou a partir dessas

transformações. Como constatamos, também, o caminho escolhido pela CUT - PE, deixando a contestação da ordem capitalista de lado e direcionando-se para a negociação e conformação dentro da exploração e precariedade da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

- Antunes, Ricardo (2003 a), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez [9ªed].
- Antunes, Ricardo (2003 b), *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo [6ªed].
- Antunes, Ricardo (2004), *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados [1ª ed].
- Antunes, Ricardo (2005), *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial.
- CUT - PE (1990), *Resoluções do V Congresso Estadual da CUT - PE*.
- CUT - PE (1991), *Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT - PE*.
- CUT - PE (1994), *A CUT e o ano de 1994*.
- CUT - PE (1997), *Informativo da CUT - PE de 21 de junho*.
- CUT - PE (1998), *Carta de Pernambuco: a chama da esperança em defesa do Brasil*.
- CUT - PE (1999), *Caderno de teses para a 8ª Plenária Estadual da CUT - PE*.
- CUT (1989), *Resoluções da Plenária Nacional da CUT*.
- CUT (1993), *Resoluções da VI Plenária Nacional da CUT*.
- CUT (1995), *Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT*.
- CUT (1996), *Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT*.
- CUT (1997), *Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT*.
- CUT (1999), *Resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT*.
- Mészáros, István (2002), *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial [1ª ed].
- Pochmann, Márcio (2001), *O emprego na Globalização*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Tumolo, Paulo Sérgio (2002), *Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp.

Nota biográfica

Rodrigo Nery está realizando o doutorado em Sociologia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, na área de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo. Possui Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Possui graduação em História pela mesma Universidade (2003). Foi professor da Faculdade Santa Helena e professor de história da rede Marista de educação. Tem experiência na área de História e em Sociologia.

Contacto: rodrigofns@hotmail.com